

DE FRANKFURT À BUDAPESTE: OS PARADOXOS DE UMA PSICOLOGIA DE BASE MARXISTA

Iray Carone *

CARONE, I. De Frankfurt à Budapeste: os paradoxos de uma psicologia de base Marxista. *Psicologia-USP*, São Paulo, 2(1/2): 111-120, 1991.

RESUMO: A teoria do indivíduo está entre parênteses, dentro de uma perspectiva marxista. Objetivo principal a ser alcançado pela praxis social, o indivíduo não é ainda, rigorosamente falando, na medida em que perduram as condições impeditivas ao desenvolvimento de sua plástica potencialidade histórica. Daí que a Psicologia Social de Th. Adorno pode ser considerada uma Psicologia negativa porquanto denuncia a reificação da subjetividade humana sob o impacto das relações sociais capitalistas. Na obra filosófica de Agnes Heller, o indivíduo é tematizado como um tipo ideal cujo fundamento empírico se encontra nas novas inclinações e necessidades que estão despontando no homem da modernidade capitalista. De qualquer maneira, o estatuto científico da Psicologia está em questão na medida em que o seu objeto principal — o indivíduo — não estiver ainda objetivado historicamente.

DESCRITORES: Psicologia social. Psicologia negativa. Indivíduo. Necessidades. Tipo ideal

A busca de uma Psicologia marxista, se levada às últimas conseqüências, é um malogro. A rigor, o tema do indivíduo e de sua subjetividade pertence ao futuro socialista e não, ao presente capitalista. Buscar o **quê**, se o objeto ainda inexistente? Se é verdade que o indivíduo "rico em necessidades" ou a individualidade plena só emergirá através de pré-condições materiais geradas pela revolução no reino do trabalho, então vivemos com certeza na pré-história da individualidade. Para liberar as potencialidades históricas da essência humana e provocar o devir bloqueado é preciso atender às prioridades objetivas e materiais, sem meios-terminos. A única alternativa que resta à Psicologia enquanto tal é a crítica da reificação da subjetividade humana apontando para a transcendência possível.

Crítica drástica e paralisante ela conduz, paradoxalmente, a uma reflexão sobre o fundo da própria crítica. É preciso voltar a Marx em busca dos fundamentos da crítica que denuncia heteronomia e falta de individuação na espécie humana sob a égide do capital. Será ela uma crítica verdadeira? Afinal de contas, o "indivíduo" como categoria não é fruto "espontâneo" das relações sociais e humanas próprias da sociedade burguesa? Não é o "individualismo" um predicado tanto social quanto individual do ser humano colocado no seio das contradições capitalistas? Então, não há diferenças individuais?

Além disso, se não há indivíduos nas condições históricas presentes, então as PsicoLOGIAS individuais e até mesmo a Psicanálise se convertem em belos discursos sobre coisas inexistentes tomadas como existentes e realizadas. Levada a sério, a dialética de Marx destrói as bases de qualquer Psicologia que não seja crítica da Psicologia ou Psicologia negativa: crítica da subjetividade reificada, crítica das ideologias psicologistas e sobretudo, crítica dos otimismo terapêuticos. É preciso entender, entretanto, que o alcance da crítica não se limita aos positivismos vários da Psicologia constituída como saber. Ela se refere a **qualquer** Psicologia, tanto como a **qualquer** prática terapêutica.

Vejamos, portanto, o fundamento da crítica. "Que a história possa ser pensada como um processo de constituição do homem-sujeito significa que enquanto não se chegou ao comunismo, o homem não é, ou antes, ele é, mas como significação muda, não posta. Como o espírito na Fenomenologia, o homem não pode ser dito no nível de sua pré-história. Com efeito, se para Marx o homem só se constituirá com o socialismo, que é o homem antes do socialismo? (A pergunta "que é o homem?" é assim num certo sentido — diferente daquele que lhe conferem os humanistas — uma pergunta válida para o marxismo). Seria preciso responder: o homem é... o operário, o homem é... o capitalista, ou ainda pensando em outros momentos da

* Professora — Doutora do Instituto de Psicologia da USP.

história, o homem é ... o cidadão grego ou romano, o homem é... o servo, o homem é... o senhor feudal, etc. Como se vê, num certo sentido se pode dizer o que é o homem, antes do fim da "pré-história", mas toda "definição" do homem só é possível então se se disser **outra coisa** do que o homem. Só os predicados do homem – operário, capitalista, cidadão romano, etc. são efetivamente. O homem está "lá", mas só existe nos seus predicados, e estes predicados, em vez de serem determinações do sujeito "homem" (ou espécies do gênero "homem") são de fato **negações** do homem enquanto homem. O operário, o capitalista, o senhor feudal, o cidadão romano etc. existem enquanto (e porque) o homem não existe: eles não existirão mais quando o sujeito "deles" vier à existência".¹

Se o homem não é efetivamente, então porque não é? A resposta está em *O Capital*:¹ o capital é o sujeito. Nesse sentido, as suas determinações essenciais estão postas no seu movimento, por ser ele um movimento autônomo, um objeto-movimento.² Daí que "o discurso teórico marxista em sentido estrito tem como objeto central não os predicados do sujeito pressuposto "homem", mas o sujeito real "capital"³, cujos predicados são negações do sujeito pressuposto "homem".

O que é válido para a espécie humana, é válido para cada membro: a meta histórica é alcançar a realização plena das individualidades. Marx (1ª ed.) diz no primeiro volume de *O Capital* ("Maquinária e Indústria Moderna") que para alcançar a liberdade pessoal é preciso transcender a divisão de trabalho capitalista:

... o indivíduo parcialmente desenvolvido, meramente portador de uma função social especializada, deve ser substituído pelo indivíduo plenamente desenvolvido, adaptável a várias atividades, pronto para aceitar qualquer mudança de produção, o indivíduo para quem as diferentes funções sociais que desempenha são apenas formas variadas de livre manifestação dos seus próprios poderes, naturais e adquiridos" (1980, p. 559)

Contas resumidas, a condição para que o indivíduo seja é a de que o capital **deixe de ser** sujeito de seu próprio movimento. O que há, no momento, são fragmentos de individualidades ou individuações meramente parciais, possibilidades humanas negadas por condições de não-liberdade. De qualquer maneira, a temática do indivíduo foi jogada para o futuro.

A pergunta é: como fazer Psicologia marxista, nessas circunstâncias?

Vou partir da hipótese de que há uma Psicologia em ADORNO, ou melhor, uma Psicologia Social que não circunscreveu o trabalho da razão crítica à crítica das Psicologias mas que visou a constituição de um saber que poderíamos chamar de Psicologia Crítica ou Negativa, consubstanciada em *A Personalidade Autoritária*.

Há muito o que dizer sobre A Personalidade Autoritária porque muito foi dito sobre ela. Na década de 50, quando foi publicada, muitas pesquisas surgiram nos Estados Unidos como reaplicações do seu modelo teórico de análise psicossocial ou então, como testes metodológicos visando a crítica dos seus resultados. Durante pelo menos uma década, as pesquisas versaram sobre ela, de uma forma ou de outra.

Além disso, é preciso esclarecer os seus antecedentes nas obras de Reich e Fromm na Alemanha, durante a ascensão do Nazismo ao poder.

Parodiando Wittgenstein, nasceu a problemática do indivíduo e do seu psiquismo no interior do chamado Marxismo Ocidental quando o proletariado tirou férias de sua missão histórica. A perplexidade, mais do que qualquer outra preocupação de ordem científica, é que trouxe a subjetividade à tona, como tema de reflexão política e pesquisa científica. *A Psicologia de Massas do Fascismo* de Reich e na seqüência, *A Personalidade Autoritária* de Adorno e outros, responderam à consternação política dos marxistas diante da adesão ou semi-adesão do proletariado ao fascismo.

A grande pergunta de Reich, naquele momento histórico, era: porque as massas reduzidas à miséria, após a 1ª Grande Guerra, contribuíram para a ascensão do fascismo?

Se as condições objetivas de um processo de transformação social estavam dadas, porque é que o proletariado não assumiu o papel de agente da negação, segundo as previsões do Manifesto Comunista de 1848? Se ele era o portador e suporte de necessidades radicais em função de sua posição na divisão social do trabalho, porque foi atraído e deu suporte à uma ideologia totalitária de direita, contrária aos seus interesses de classe social?

No entanto, diz REICH, "o que se pretende explicar não é porque motivo o esfomeado rouba ou o ex-

1. Ruy Fausto. *Marx: lógica e política*. p29

2. Id. *Ibid.* p.30

3. *Id. Ibid.* loc. cit.

plorado faz greve, mas porque motivo a maioria dos esfomeados não rouba e a maioria dos explorados não faz greve" (1988, p. 18-9)

A proposta reichiana de uma Psicooogia Política das massas pretendeu, em última análise, reativar o poder de negação do marxismo, aguçando os seus instrumentos de análise da realidade política, através de categorias tiradas da Psicanálise. Ou seja, corrigir o "objetivismo" do marxismo clássico que foi, por isso mesmo, atropelado pelo processo histórico com a ascensão do Nazismo.

Nesse sentido, a Psicologia Política partiu da premissa segundo a qual subjetividade e sociedade, enquanto polaridades históricas, se remetem reciprocamente. Abstrair uma polaridade de outra, portanto, é não atingir a compreensão do processo político na sua totalidade, porquanto sujeito e objeto são mediados reciprocamente. Na medida em que a tensão dialética for mantida na análise dos fatos e processos políticos, não haverá riscos ou de psicologizá-los ou de "objetivizá-los" pelas categorias econômicas.

A *Psicologia de Massas do Fascismo* é, sem dúvida, uma obra crítica que, a despeito do seu caráter militante, vai introduzir, em definitivo, a questão da subjetividade no Marxismo Ocidental. Seus pontos de partida são: a crítica da teoria econômica e política de Marx face às transformações do capitalismo europeu, de 1928 a 1933; a crítica do economicismo dos partidos de esquerda, sobretudo aqueles orientados pela IIª Internacional na compreensão do fascismo e a crítica do Comunismo Soviético enquanto capitalismo de Estado e não democracia socialista.

A análise reichiana do proletariado industrial e das classes médias urbana e rural no período mencionado, tanto do ponto de vista de sua organização política ao nível internacional, como de sua composição numérica e consciência ideológica na República de Weimar, o conduz a uma conclusão inevitável: não se trata do "proletário" de Marx. Temos aí uma nova "espécie" antropológica: operário altamente especializado e politicamente organizado, bem como numericamente forte. É preciso não esquecer as duas Internacionais sediadas na Europa e a adesão expressiva dos partidos de esquerda e sindicatos a elas bem como a participação do proletariado na esfera parlamentar, sem contar a influência do marxismo como ideologia dominante nos partidos federados nas Internacionais e a presença de grandes teóricos do marxismo no período (Trotsky, Rosa de Luxemburgo).

Se o proletariado alemão se distingue do "trabalhador manual" de Marx, então poder-se-ia esperar, com bases objetivas, um outro comportamento político diante das milícias fascistas e das ligas anti-democráticas, militaristas e nacionalistas. O êxito da retórica de Hitler se deveu a outros fatores que não aqueles meramente objetivos, diz Reich. Não foi por engodo mas por **identificação** que as massas proletárias e pequena burguesia se afinaram com o apelo à irracionalidade.

Isso nos remete ao nervo crítico da teoria da ideologia de Reich; sem negar a determinação externa ou societária da ideologia, já sublinhada em *A Ideologia Alemã*, Reich aponta para uma outra determinação menos visível, mas tão material quanto a primeira – a **estrutura psíquica** formada pela repressão da libido. Ou seja, a forma de consciência ideológica está duplamente determinada: pelo fator objetivo (produção material) e pelo fator subjetivo (estrutura psíquica). Eis aí uma mediação subjetiva do processo histórico e político.

Isso não quer dizer que a estrutura psíquica seja independente dos processos societários – ela é formada pela ação negadora da vida das agências sociais (família, igreja, escola) que, pelo menos na classe média em estudo, assume o papel de regular a vida instintual de seus membros.

Apoiada no modelo pulsional de Freud, a análise reichiana vai interpretar a formação da estrutura psicológica do aderente ao Nazismo em termos de sua economia sexual: a fixação e dominação dos impulsos pré-genitais e agressivos na vida sexual se expressa na hostilidade sado-masoquista e perversão na convivência social.

Nesse sentido, a ideologia política não cumpre apenas uma **função social** na reprodução das relações de dominação, como Marx afirmou. Ela tem, também e sobretudo, **uma função na economia psíquica** do sujeito. Constelada enquanto representação na estrutura psíquica, ela mantém um sistema precário e patológico em equilíbrio, porque permite e legitima descargas parciais da energia libidinal represada e fixada nas fases pré-genitais. Nada melhor do que a busca de um bode expiatório em condições de pouca saúde psicológica...

Daí se pode entender que a contradição entre massas e Nazismo era contradição aparente. Harmonia e conciliação presidiram a integração do particular no universal totalitário.

As hipóteses reichianas sobre a dupla determinação do ideológico na interpretação do comportamento político das massas influenciaram, direta ou indiretamente, os estudos empíricos sobre "Autoridade e Família" publicados em 1936 pelo Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt.

Na segunda parte do "Autoridade e Família" foi apresentado o maior estudo empírico do Instituto sobre os operários alemães, através de um questionário de 270 itens que versavam sobre a situação social do

trabalhador bem como sobre a sua "mentalidade" (representações), de modo a permitir inferências sobre a sua estrutura psíquica. É preciso frizar que muitos itens eram projetivos e atitudinais, com a finalidade de elidir os mecanismos de defesa do ego do sujeito estudado.

Os resultados da pesquisa foram apresentados na forma de respostas de 15 sujeitos separados em três tipos: o caráter revolucionário, o caráter autoritário e o ambivalente, cada um diagnosticado através de uma interpretação intuitiva das respostas.

A questão psicopolítica levantada por Reich ganhava agora uma conotação mais "científica", de acordo com as propostas do Instituto de Pesquisa Social em janeiro de 1931: o problema teórico da relação entre condições econômicas, produtos culturais e mudanças na estrutura psíquica dos indivíduos, deveria ser objeto de um estudo empírico com auxílio de técnicas analíticas (como os métodos projetivos).

A questão ou hipótese básica de *A Personalidade Autoritária* é praticamente a mesma. No entanto, Adorno a justifica de um modo um pouco diferente. Tomemos, de novo, a teoria da ideologia na sua versão freudo-marxista da dupla determinação.

Diz ele, em 1956, a respeito do tema "ideologia":

Por isso, a crítica ideológica como confronto da ideologia com a sua verdade íntima, só é possível na medida em que a ideologia contiver um elemento de racionalidade, com a qual a crítica se esgote. Assim acontece com idéias tais como liberalismo, individualismo, identidade entre o espírito e a realidade. Entretanto, quem se dispusesse a criticar desta maneira a chamada ideologia do nacional-socialismo acabaria sendo vítima de sua desapontadora ingenuidade. Não só o nível literário de escritores como Hitler e Rosenberg está abaixo de toda a crítica mas a sua trivialidade sobre a qual é muito fácil triunfar, é sintomática de uma situação que já não aduz validamente da definição da ideologia como falsa consciência que a si própria se basta. No chamado "patrimônio intelectual" do nazismo não se refletem as formas do espírito objetivo, dado que foi constituído em resultado de manipulações e como instrumento de poder, do qual ninguém, nem mesmo os seus porta-vozes, pensavam seriamente que merecesse crédito ou fosse levado a sério.⁴

Em outras palavras, o discurso nazista não mascarava a sua própria realidade: irracionalidade pura. O que colocava em cheque os instrumentos habituais do marxismo e a eficácia da crítica da representação.

A crítica ideológica é, no sentido hegeliano, negação determinada, confronto de entidades espirituais com a sua realização e pressupõe a distinção do verdadeiro e do falso no juízo de valores, assim como a pretensão de verdade no objeto da crítica... A crítica da ideologia totalitária não se reduz a refutar teses que não pretendem, absolutamente, ou que só pretendem como ficções do pensamento, possuir uma autonomia e uma consistência internas.⁵

A indústria cultural e a propaganda fascista, disse Adorno no artigo sobre o padrão da propaganda fascista, em 1951, são "psicanálise às avessas". É o inconsciente falando ao inconsciente reprimido das massas, convidando-as para uma espécie de festim diabólico. Nesse sentido, é um discurso transparente que insinua o recurso à força bruta e a promessa de uma parte do saque.

Vejamos bem: não há aqui o suposto de uma "irracionalidade inerente" das massas. Por isso, é preciso investigar "a que configurações psicológicas (as teses) querem se referir para se servirem delas; que disposições desejam incutir nos homens com as suas especulações"... Existe pois a questão de apurar porque e como a sociedade moderna produz homens capazes de reagir a esses estímulos dos quais, inclusive, sentem necessidade e cujos intérpretes são, depois, os líderes e demagogos da massa. É necessário o desenvolvimento que conduziu a tais transformações históricas da ideologia, não o conteúdo e o contexto em que o resultado se expressa. As modificações antropológicas a que a ideologia totalitária quer corresponder são consquências de transformações na estrutura da sociedade e nisso – não em seus enunciados – encontramos a realidade substancial dessas ideologias.⁶

Em suma, historicamente falando, a ideologia passou de mascaramento do real para transparência nos

4. T. W. Adorno & M. Horkheimer, org. *Temas Básicos de Sociologia*. p. 191-2.

5. Id. *Ibid.* p. 192.

6. T. W. Adorno & M. Horkheimer, org. *op. cit.* p. 192-3.

objetivos e a crítica da ideologia se converteu, por isso mesmo, em Psicologia Social do fascismo.

Adorno não postulou, portanto, a irracionalidade "natural" ou inerente das massas, mas a irracionalidade do marxismo que não segue as transformações históricas do fenômeno ideológico; não postulou tampouco uma determinada estrutura psíquica neurótica das massas através do modelo reichiano, mas convidou o investigador a investigar. Por fim, não deixou nenhum rastro de "ideal de homem", ou de "saúde mental" como como vir-a-ser humano tomado como destino, finalidade ou necessidade histórica. Estudar, entretanto, as configurações psicológicas historicamente engendradas é retomar o processo histórico onde ele se congelou. Essa é a essência emancipadora do Esclarecimento. Essa é a meu ver, a essência de *A Personalidade Autoritária*.

Vejamos, entretanto, como Adorno definiu ideologia em *A Personalidade Autoritária* (1956)

Empregamos aqui o termo ideologia na acepção que lhe dá a literatura atual, ou seja, como uma organização de opiniões, atitudes, valores, em suma, uma maneira de pensar sobre o homem e a sociedade. Podemos falar da ideologia total de um indivíduo ou de sua ideologia com respeito a diferentes aspectos da vida social; política, economia, religião, grupos minoritários, etc. As ideologias têm uma existência independente de qualquer indivíduo isolado e as que se dão em determinados períodos resultam tanto de processos históricos como de acontecimentos sociais do momento. Tais ideologias exercem sobre cada indivíduo diferente grau de atração, o qual depende de suas necessidades e da medida em que estas são satisfeitas.⁷

Trata-se pois de descobrir quais são estas necessidades que buscam sua satisfação nas ideologias sociais, por exemplo, no anti-semitismo como sistema ideológico.

Adorno remete, pois, a questão da ideologia para o domínio do psicológico e do privado, sem psicologizar o fenômeno ideológico enquanto tal.

Diz mais adiante:

A presente investigação se propõe descobrir as correlações existentes entre a ideologia de um indivíduo e os fatores sociais que atuaram na sua vida passada, continuem ou não exercendo a sua influência no presente. Quando se busca uma explicação destas correlações, entram no quadro as relações entre personalidade e ideologia, considerando-se a **personalidade como agente mediador** entre as influências sociológicas e a ideologia...

O que se formou é uma **estrutura** dentro do sujeito, algo capaz de atuar por iniciativa própria sobre o meio social e de selecionar os diversos estímulos que recebe; algo que apesar de sempre modificável opõe freqüentemente grande resistência às mudanças fundamentais.⁸

Ou seja, as opiniões, atitudes, crenças e valores de um sujeito dependem de sua organização de necessidades (tendência, desejos, impulsos emocionais). Ou seja, a **personalidade** é um fator determinante das preferências ideológicas do sujeito, embora não seja o determinante último.

Em resumo, as ideologias são determinadas societariamente mas os sistemas ideológicos do sujeito (opiniões, atitudes e valores) são organizados por motivações irracionais, cuja organização, por sua vez, são estruturas psíquicas, mais ou menos estáveis. Uma coisa é a ideologia enquanto fenômeno social e outra, a sua internalização e fixação na estrutura de personalidade do sujeito. As ditas "opções ideológicas" do sujeito têm razões que a própria razão desconhece...

Dá que a integração do particular no universal não se dá pela mediação do ideológico, mas pela mediação da estrutura psíquica. Se houve, pois, integração das massas à ideologia fascista foi porque a estrutura psíquica das massas tinha completa ressonância à vociferação racista, ou à ideologia anti-semita, uma "ideologia involuntariamente sincera".

A análise psicossocial não está, pois, a desprezar as análises política, sociológica e econômica do fascismo enquanto tal. Ela focaliza a estrutura psíquica respondente e ativa, o fascismo na sua face psicológica.

Se há inversão ideológica no facismo, ela ocorre como racionalização. Vejamos o mecanismo de defesa do ego denominado "racionalização", de um ponto de vista da Psicologia Negativa de Adorno.

Não tem sido incomum a aproximação dos conceitos "ideologia" e racionalização", objetos da crítica

7. T.W. Adorno. *La personalidad autoritaria*. p. 128.

8. Id. *Ibid.* p. 31.

ideológica no marxismo e da crítica psicanalítica. A racionalização foi introduzida na Psicanálise através de Ernest Jones para designar a asserção que preenche certas funções na economia psíquica do sujeito de modo a camuflar interesses inconscientes sob censura. A análise tem por função não só estabelecer a sua falsidade e sua necessidade bem como trazer à luz o que estava sendo escondido.

No entanto, diz Adorno, a mesma asserção pode ser julgada como verdadeira ou falsa, dependendo se é criticada do ponto de vista do contexto social ou psicodinâmico.

A tese de Mandeville de que os vícios privados são virtudes públicas significa aqui que se a racionalização pode ser julgada no contexto psicanalítico como "falsidade" que encobre o irracional censurado, ela exprime outra coisa no contexto social, ou seja, a verdade objetiva do todo. "As racionalizações são as cicatrizes da razão num estado de desrazão"⁹ que não denunciam meramente a neurose mas uma sociedade falsa.

Vejam o caso da ideologia anti-semita do fascismo.

O indivíduo obcecado pelo desejo de matar sempre viu na vítima o perseguidor que o forçava a uma desesperada e legítima defesa... quem é escolhido para inimigo é percebido como inimigo".¹⁰ A compulsão para matar a vítima só pode ser satisfeita através da racionalização que converte o irracional em racional, e a figura da vítima em agressor. Do ponto de vista do contexto social, a compulsão se torna um exercício de liberdade civil. O que é o comportamento racista numa sociedade racista senão comportamento ajustado e adequado às normas vigentes? Não há contradição aí, mas compatibilidade.

Isso quer dizer que a racionalização deve ser analisada de um ponto de vista psicossocial, tanto na sua base subjetiva (pulsões negadas) como na sua base objetiva (legitimidade numa sociedade da desrazão). Ela aponta tanto para a estrutura psíquica como para a essência da sociedade.

"Em suas racionalizações, que envolvem tanto a racionalidade como a irracionalidade, o sujeito psicológico deixa de ser meramente psicológico. O analista que se envaidece de seu realismo assim se torna um dogmático no momento em que despreza os aspectos reais e objetivos da racionalização em favor de seu contexto psicológico fechado e imanente".¹¹

Se a estrutura psíquica é mediação entre a ideologia e a sociedade, isso quer dizer que o domínio do psicológico não pode ser concedido como um domínio autônomo e fechado em si mesmo.

Quanto mais estritamente o domínio psicológico é concebido como um jogo de forças autônomo e fechado em si mesmo, mais completamente o sujeito é esvaziado de sua subjetividade. O sujeito sem objetivo, que é lançado sobre si mesmo, congela num objeto. Ele não pode sair de sua imanência e não equivale senão a equações da energia libidinal".¹²

A estrutura psíquica é mediadora porque é mediatizada pelas forças sociais prevaescentes. Nesse sentido, a análise psicossocial é reveladora do todo.

Vejam agora como o instrumental metodológico de *A Personalidade Autoritária* operacionalizou o conceito de ideologia, com vistas a descobrir as configurações psicológicas que a sustentam. Na verdade, foram utilizadas escalas de medição de atitudes já existentes (e criadas sobretudo por Sanford) para operacionalizar as ideologias do Anti-semitismo (AS), Etnocentrismo (E) e Conservadorismo Político e Econômico (CPE). A hipótese básica era a de que esses sistemas ideológicos estavam correlacionados entre si e vinculados a uma estrutura de personalidade denominada de Personalidade Autoritária.

DIGRESSÃO TEÓRICA

Enquanto fenômenos psíquicos (opiniões, atitudes, valores) as ideologias não são entidades observáveis e mensuráveis, porque não são entidades que possam ser vistas ou tocadas. Mas podem sofrer uma espécie de "tradução empírica" como acontece com os termos teóricos na Física e mesmo na Psicologia, como os termos mentais mediante uma cláusula de redução do tipo

9. T. W. Adorno, *Sociology and Psychology II*, p. 82.

10. T. W. Adorno & M. Horkheimer, *Dialética do esclarecimento*, p. 174-5.

11. T. W. Adorno, *op. cit.* p. 82.

12. *Id. Ibid.* p.81.

$$(V x) ((P_1 x \longrightarrow (Q x \equiv P_2 x)))$$

Nesta fórmula, P_1 e P_2 representam termos observacionais e Q o termo teórico a ser definido operacionalmente.

A cláusula de redução está formalmente presente nas chamadas definições operacionais. Definições operacionais não são definições explícitas mas contextuais, vale dizer que nelas o termo a ser definido Q está contido na fórmula mas não como membro de uma equação na qual apareça como "definiendum". Dessa maneira, o termo teórico Q no caso, a ideologia do sujeito, será traduzido empiricamente pelas respostas P_2 às asserções postas P_1 .

As asserções P_1 tinham um conteúdo que não era claramente ideológico de modo que o sujeito pudesse respondê-las sem usar os habituais controles defensivos do ego (não se mostrar preconceituoso). As respostas às asserções mediriam, assim, o conteúdo ideológico das representações dos sujeitos.

As asserções de $A S$ eram negativas mas sutilmente antisemíticas através de uma modalização cuidadosa do sentido. As outras escalas seguiram mesmo caminho.

Algumas previsões foram feitas:

Os sujeitos de escore alto em AS serão altos em E e altos em CPE .

Os baixos em AS serão baixos em E e baixos em CPE .

No entanto, 50% dos sujeitos com escore alto em CPE eram médios ou baixos nas duas outras escalas, embora os baixos em CPE nunca fossem altos nas suas outras escalas.

Adorno interpretou: nem todos os conservadores em matéria de economia e política são preconceituosos ou anti-democráticos. Mas aqueles que são conservadores em matéria de economia e política e apresentam alto grau de etnocentrismo são, provavelmente, os fascistas em potencial. Chamou-os de pseudo-conservadores.

Em última análise, as três escalas iniciais permitiram que Adorno discernisse entre conservadores. Os pseudo-conservadores genuínos e pseudo-conservadores conservadores não gostam da democracia mas são convencionais nas suas opiniões políticas; no entanto, se a caça às bruxas for aberta e julgada legítima, eles jogam fora a casca democrática, e exercem o arbítrio como liberdade civil.

Essa é a organização psicológica potencialmente respondente ao apelo à irracionalidade institucionalizada.

Para confirmar os resultados das três escalas, foi criada a escala de Fascismo. Já com dados de entrevistas clínicas-piloto, foi elaborada uma escala projetiva que não mencionava minorias étnicas e suficientemente ambígua para descontrolar os controles do ego e permitir a projeção de "tendências anti-democráticas implícitas."

A comprovação dos resultados das quatro escalas atitudinais foi buscada em entrevistas clínicas e testes projetivos, com vistas a estudar mediante a interpretação analítica, a psicodinâmica de alguns sujeitos altos e baixos (de acordo com as escalas anteriores)

Não pretendo analisar aqui a complexa trama das 1.000 páginas de *A Personalidade Autoritária* no sentido de criar e testar instrumentos de coleta e análise quantitativa e qualitativa dos dados, bem como a comprovação de suas hipóteses pela investigação clínica. Nem tampouco me reportar às inúmeras pesquisas subsequentes para confirmar ou refutar os seus resultados.

A discussão metodológica desse extenso e ousado trabalho que indignou a muitos americanos que julgaram que Adorno estava atacando o alvo errado ao atribuir um "fascismo potencial" para bons cidadãos norte-americanos (e não, para os comunistas, "verdadeiros autoritários"), pode ser concentrada num ponto: a tipologia psicológica das tendências ideológicas dos sujeitos estudados.

No capítulo 19, Adorno descreveu 11 tipos e síndromes psicológicas, divididos entre os sujeitos de alta pontuação (6) e baixa pontuação (5). Afirmou, então:

Poucos conceitos da psicologia norte-americana contemporânea têm sido tão criticados como o de tipologia.¹³ Refere-se aos psicólogos que acham que a tipologia nunca capta o que é único e porque as suas generalizações não possuem validade estatística e nem sequer proporcionam instrumentos heurísticos produtivos. Ou seja, tipologias só servem para descaracterizar e homogeneizar as individualidades humanas. Adorno justificou, então, a tipologia de *A Personalidade Autoritária*, (1956) de maneira melancólica: Em outras palavras, aqueles que criticam a tipologia não devem esquecer que grande número de pessoas

13. T. W. Adorno, *La personalidad autoritaria*. p. 679.

não são já, seria melhor dizer que **nunca foram indivíduos** no sentido que lhes deu a filosofia tradicional do século dezanove. Se existem aqueles que pensam segundo rótulos, isso se deve unicamente porque os processos sociais subjugadores, obscuros, estandardizadores e rotulantes que praticamente não dão ao indivíduo liberdade de ação nem oportunidade de verdadeira individualização, determinam este modo de pensar. . . Temos razões para buscar tipos psicológicos porque o mundo em que vivemos está tipificado e "produz" diferentes "tipos" de pessoas. Apenas mediante a identificação dos traços estereotipados do homem moderno e não negando a sua existência pode se contrariar a tendência perniciosa para a classificação e agrupação gerais.¹⁴

Ou seja, a tipologia é **descritiva** no que se refere à homogeneização das estruturas psíquicas humanas mas é também e sobretudo, uma **denúncia** da sociedade existente.

Na verdade, é preciso conhecer os mecanismos sociais e psicológicos que produzem esta forma sofisticada e última da alienação que é o não-indivíduo ou a não-individualidade que a tipologia denuncia. Subjetividades reificadas, puros "ids" gravitando no todo totalitário, os indivíduos da sociedade burguesa são os exemplos mais refinados de uma brutal heteronomia a que nenhuma Psicologia Negativa deve se manter insensível. Vide a descrição do processo de des-individualização em marcha que Adorno Assinala na *Dialética do Esclarecimento*, a expropriação psicológica e a destruição do indivíduo enquanto obstáculo à produção.¹⁵

O que me faz concluir o seguinte: às críticas à *A Personalidade Autoritária* que lhe atribuem um caráter positivista no uso de instrumentos como as escalas de medição de atitudes e a própria escala F, só tem deixado de lado o essencial: o seu caráter crítico mesmo quando descreve, explica ou interpreta os dados de pesquisa.

O aparato metodológico de *A Personalidade Autoritária* só serve como ponto de partida para ser transcendido pela mediação teórica, que supera os limites impostos pela positividade imediata. A crítica ideológica do indivíduo é, nesse sentido, a recuperação do movimento histórico através da análise cortante de suas várias coagulações subjetivas.

Numa outra vertente do Marxismo, a Escola de Budapest, sobretudo através da obra de Agnes Heller consegue ir mais fundo na questão do **indivíduo** como sujeito moral. Indivíduo, em Heller, não é definido como categoria descritiva do real, herdada do liberalismo burguês, mas como idéia reguladora de uma ética socialista. Vale dizer que colocar a noção de indivíduo como idéia reguladora ou norma equivale a realizar a crítica do indivíduo existente, quer nas sociedades capitalistas modernas quer nos "socialismos" burocráticos. (1978/79, p. 153-59)

Diz Ruy Fausto em "Os limites do Marxismo".¹⁶

por motivos diferentes, as sociedades burocráticas nos obrigam a repensar o indivíduo. Lá não é a liberação repressiva mas a repressão e a violência que colocam o problema. Mas mesmo fazendo a abstração dessas mudanças, é evidente que é impossível se limitar à crítica do Estado e da sociedade civil. . . Um indivíduo, teórico ou homem de ação, se apresenta como anti-autoritário, inimigo da competição capitalista, etc., mas no nível microsossial (universidade ou trabalho em geral, família, círculo de amigos, etc.) se mostra como o contrário do que parece afirmar ou ser (porque, aprofundando as coisas, o seu pensamento ou ação política revela também o que de início está oculto). Uma tal distinção era considerada como um problema menor do ponto de vista clássico que era o nosso (digo, o de quase todos nós no Brasil, lá pelo começo dos anos 60 e mesmo depois); coisa de traços psicológicos e não mais. Ora, raciocinar assim é, se pode dizer, estar atrasado mais de cem anos em filosofia. Porque é daí que data a redescoberta de que essa psicologia é na realidade muito mais do que isto, se se quiser, é ontológico. (grifos meus).

"A crítica das macroviolências é de fato muito pouca coisa, sem crítica das microviolências. E assim como se pôde falar em hipocrisia moral (propor uma moral que oculta uma política que é o seu contrário), hoje se pode falar em hipocrisia política (propõe-se uma política ocultando uma moral que é o seu contrário). Com efeito, que sentido tem fazer a crítica da fetichização da relações no plano macrosossial, se ao mesmo tempo – e o que digo pode ser mostrado rigorosamente – se fetichizam no plano microsossial essas mesmas relações? . . . Critica-se o autoritarismo, a competição, etc., enquanto se trata do Estado ou da sociedade civil, mas se admite sem crítica ingenuamente, se se pudesse dizer – como um dado natural não apenas que há e sempre haverá certa emulação entre os indivíduos mas que é preciso competir e competir sem maiores "escrúpulos de consciência" – em nome da eficácia (argumento positivo) e da crítica do moralismo (argumento negativo).

14. T. W. Adorno, *La personalidad autoritaria*. p. 678.

15. T. W. Adorno & M. Horkheimer *Dialética do esclarecimento*. p. 189-90.

16. Ruy Fausto, Os limites do marxismo. *Folha de São Paulo* 10 de abr. 1983. Folhetim, p. 4-5.

Se HELLER (1985) não toma "indivíduo" como categoria psicológica ou psicossocial é porque não psicologiza a questão ética.

Nesse sentido, é preciso pensar com urência nos fundamentos teóricos da própria ética, para além das tendências reducionistas que equivalem os juízos éticos aos juízos descritivos dos usos e costumes ou então, dos nihilismos contemporâneos que desmoralizam a própria moral, quer no plano social quer no individual.

Poder-se-ia imaginar que ao falar do "indivíduo" como idéia reguladora de nossas ações no plano macro ou microsossocial, estaremos de novo nos referindo ao indivíduo-do-futuro de Marx ou à humanidade como deveria ser ("homo noumenon" de Kant). Ou seja, que ao tomar "indivíduo" como idéia reguladora de nossas ações e não como um conceito empírico, estaremos a falar de uma idéia sem fundamento na sociedade existente, quer capitalista quer socialista. (HELLER, 1984)

Heller buscou o fundamento empírico dessa idéia reguladora em algo potencial no homem contemporâneo: as suas inclinações e necessidades. Historicamente engendradas (e não naturais), as nossas necessidades são suportes e portadoras da humanidade como deveria ser. Necessidade, nesse sentido, quer dizer "manque et projet": carecemos de formas de sociabilidade melhores que as existentes e buscamos maneiras de atuação política que satisfaçam estas necessidades na sua radicalidade. (HELLER, 1984, p. 21)

Os valores morais não estão, pois, dissociados da realidade potencial de nossas aspirações, desejos e vontades que buscam a sua plena realização. E mais: essas aspirações não buscam a sua satisfação apenas como demanda social e coletiva, dissociadas do arbítrio individual. "Indivíduo" é, portanto a pessoa que na sua particularidade encarna em si e para si mesma o projeto coletivo de uma sociedade melhor que a existente como realização de suas próprias necessidades.

Da Escola de Frankfurt à Escola de Budapest, o que se busca é o verdadeiro significado do indivíduo e da crítica do indivíduo para o Marxismo. Se em Adorno, o indivíduo não pode ainda ser pensado como ideal humano ou como destino histórico, em Heller o indivíduo existe potencialmente como agente de necessidades radicais que buscam a sua satisfação através da transcendência das sociedades existentes. É a dialética da própria dialética marxista que altera os seus temas, formas de análise e perspectivas políticas, colada dinamicamente às transformações de nossa modernidade. Como diz FAUSTO, no artigo mencionado: " Isto basta para que a crítica do indivíduo ganhe siso." (1983, p.4)

CARONE, I. From Frankfurt to Budapest: the paradoxes of a Marxist psychology. *Psicologia-USP*, São Paulo, 2 (1/2): 111-120, 1991.

Abstract: The individual's theory is between parentheses, from a marxist point of view. Ultimate goal to be reached by the social praxis, the individual is not yet, rigorously speaking, while are remaining the impeding conditions to the development of this moulding historical potentiality. For this reason, the Th. Adorno's Social Psychology may be considered as a Negative Psychology because it denounces the human subjectivity reification under the impact of the social capitalist relations. In Agnes Heller's philosophical work, the individual is viewed as an ideal type whose empirical support is found in the new tendencies and needs that are rising up from the man of capitalist modernity. Anyway, the scientific statute of Psychology is under discussion as its ultimate goal the individual — is not yet historically objectivized.

INDEX TERMS: Social psychology. Negative psychology. Individual. Needs. Ideal type.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W. Alguns aspectos de la ideologia religiosa relevados por las entrevistas. In: ADORNO, T. W. et alii. *La personalidad autoritaria*. Trad. Dora e Aída Cymbler. Buenos Aires, Proyección, 1965. cap. 18, p. 679-693.
- ADORNO, T. W. Freudian theory and the pattern of fascist propaganda. In: ARATO, A. & GEBHARDT, E., eds. *The essential Frankfurt School reader*. New York, The Continuum P. Company, 1982. p. 118-37.
- ADORNO, T. W. et alii (1956). *La personalidad autoritaria*. Trad. Dora e Aída Cymbler. Buenos Aires, Proyección, 1965.
- ADORNO, T. W. La politica y la economia en las entrevistas. In: ADORNO, T. W. et alii. *La personalidad autoritaria*. Trad. Dora e Aída Cymbler. Buenos Aires, Proyección, 1965. cap. 17, p. 613-678.

- ADORNO, T. W. "Sociology and psychology II" *New Left Review*, (47), 1968.
- ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. *A dialética do esclarecimento*. Trad. Guido A. de Almeida. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. org. *Temas básicos de sociologia*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo, Cultrix, 1973.
- FAUSTO, R. Os limites do marxismo. *Folha de São Paulo*, 10 de Abril, 1983. Folhetim, p. 3-5.
- FAUSTO, R. *Marx: lógica e política*. São Paulo, Brasiliense, 1983. v. 1.
- HELLER, A. The basic question of moral philosophy. *Philosophy and Social Criticism*, 2(1): 35-63, Summer, 1985.
- HELLER, A. Marxist ethics and the future of Eastern Europe: an interview with Agnes Heller. *Telos* (38): 153-59, 1978/79.
- HELLER, A. *Para mudar a vida*. Trad. ital. C. N. Coutinho. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- HELLER, A. La primeira y la segunda ética de Kant. In: *Crítica de la ilustración*. Trad. G. Muñoz e J. I. Lopes Soria. Barcelona, Peninsula, 1984. p. 21-96.
- HORKHEIMER, M. Authority and the family. In: *Critical theory: selected essays*. Trad. Matthew J. O'Connell et alii, New York, Seabury Press, 1972. p. 47 -128.
- MARX, K. *O Capital*. Crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant 'Ana. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- REICH, W. *Psicologia de massa do fascismo*. Trad. Maria da Graça M. Macedo. São Paulo, Martins Fontes, s. d.